



5176167



00135.229617/2025-46

PLANO DE TRABALHO

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA Nº 08/2025 - CGDPI/SNDPI/UFPE

(Programa Viva Mais Cidadania)

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA
UNIDADE DESCENTRALIZADORA E RESPONSÁVEL Nome do órgão ou entidade descentralizadores(a): Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) Nome da autoridade competente: Alexandre da Silva Número do CPF: ***.925.***-** Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Contatos: (61) 20273405/ 20273936/ 20273801/ 20273574
UG SIAFI Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito: UG 810009 - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: UG 810009 - Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa
2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA
UNIDADE DESCENTRALIZADA E RESPONSÁVEL Nome do órgão ou entidade descentralizada: Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) Nome da autoridade competente: Alfredo Macedo Gomes Número do CPF: ***.720.744-** Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco Campus Recife CNPJ: 11.022.597/0001-91 Contatos: (81) 21268018/81 3183-3674 - secretaria.reitor@ufpe.br Responsável Técnico do projeto: MARIA DO SOCORRO DE MENDONÇA CAVALCANTI
UG SIAFI: 153085 Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: 153080 - Universidade Federal de Pernambuco Número e Nome da Unidade Gestora - UG Responsável pela execução do objeto do TED: 153085 - Centro de Educação da UFPE Recife
3. OBJETO: Intervenção educacional, para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade e discriminação múltipla, com foco no letramento digital, educação midiática, combat patrimonial no ambiente digital.
4. DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E METAS A SEREM DESENVOLVIDAS NO ÂMBITO DO TED:
<u>Meta 1: Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto</u> Etapa 1: Contratação da Fundação de Apoio. Etapa 2: Publicação de portaria pela reitoria para designar o coordenador responsável pelo projeto. Etapa 3: Publicação de Edital de seleção para 20 alunos/extensionistas. Etapa 4: Encontros formativos, realizados pela Universidade Estadual de Pernambuco – UPE, com a equipe técnica que atuará nas formações, bem como realização do planejamento Etapa 5: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.
<u>Meta 2: Articulação interinstitucional com as IES e demais atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (Prefeitura municipal, Governo do Estado)</u> Etapa 2: Formalizar Termo de Cooperação Técnica com gestões municipal e estadual. Etapa 3: Elaboração de relatórios técnicos sobre as articulações intersetoriais.
<u>Meta 3: Formação em educação digital e midiática, com foco no enfrentamento ao discurso de ódio e à violência patrimonial e financeira para, no mínimo, 300 (trezentas) pes</u> Etapa 1: Divulgação da formação no território. Etapa 2: Realização das inscrições. Etapa 3: Realização de 12 oficinas, totalizando 40h e com 25 vagas cada, em educação digital e midiática. Etapa 4: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas. Etapa 5: Elaboração e entrega dos Certificados
<u>Meta 4: Avaliação de resultados e prestação de contas</u> Etapa 1: Avaliação das ações realizadas com participação dos beneficiários; Etapa 2: Elaboração de relatório final de prestação de contas do projeto.
<u>Objetivo geral</u> Fortalecer a cidadania das pessoas idosas por meio da inclusão digital, da promoção da intergeracionalidade e do enfrentamento ao idadismo e a outras formas de
<u>Objetivos específicos</u> <ul style="list-style-type: none">Desenvolver uma tecnologia social, baseada em ações de extensão universitária e fundamentada na educação popular, que possa ser replicada em escala nacArticular a participação da gestão executiva em nível estadual e municipal, com definição de contrapartidas, nas intervenções de inclusão digital voltadas à peRealizar oficinas para capacitar a equipe extensionista que irá atuar na intervenção Viva Mais Cidadania Digital;

- Implementar a intervenção extensionista presencial em regiões de Recife, com pessoas idosas LGBTQIA+ e PCD;
- Promover o fortalecimento de capacidades de proteção no ambiente digital por meio de uma intervenção educacional direcionada às pessoas idosas, com foco em desinformação e à violência patrimonial e financeira;
- Avaliar a efetividade e a eficácia do projeto, de modo a gerar subsídios para a formulação e aprimoramento de políticas públicas voltadas à população idosa d

PÚBLICO-ALVO e ÁREA DE ABRANGÊNCIA

O público-alvo será composto por no mínimo, 300 pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social, com prioridade para aquelas que sejam LGBTQIA+ e/ou apresentem critérios estipulados em edital público de seleção para participação. Como beneficiários indiretos, incluem-se estudantes de cursos técnicos, tecnológicos e graduados em atividades propostas.

METAS e ETAPAS

O projeto será composto por quatro metas e as seguintes etapas estão descritas na tabela 01:

Tabela 01 -Relação das metas e das etapas do projeto:

METAS	
Meta 1: Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto	Etapas 1: Contratação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Pernambuco Etapas 2: Publicação de portaria pela reitoria do projeto. Etapas 3: Publicação de Edital de seleção Etapas 4: Encontros formativos, realizado com a equipe técnica que atuará nas atividades pedagógicas e metodológicas da formação Etapas 5: Elaboração de relatório das ações
Meta 2: Articulação interinstitucional com as IES e demais atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (Prefeitura municipal, Governo do Estado).	Etapas 2: Formalizar Termo de Cooperação Etapas 3: Elaboração de relatórios técnicos
Meta 3: Formação em educação digital e midiática, com foco no enfrentamento ao discurso de ódio e à violência patrimonial e financeira para, no mínimo, 300 (trezentas) pessoas idosas LGBTQIA+ e PCD, na perspectiva da educação popular.	Etapas 1: Divulgação da formação no ter Etapas 2: Realização das inscrições. Etapas 3: Realização de 12 oficinas, totais em digital e midiática. Etapas 4: Elaboração de relatório das ações Etapas 5: Elaboração e entrega dos Certificados
Meta 4: Avaliação de resultados e prestação de contas	Etapas 1: Avaliação das ações realizadas Etapas 2: Elaboração de relatório final de

METODOLOGIA

O projeto Viva Mais Cidadania Digital será executado por meio de uma parceria colaborativa entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de inclusão digital para, no mínimo, 300 pessoas idosas em situação de vulnerabilidade social em Recife-PE, priorizando o público LGBTQIA+ e pessoas com deficiência.

A metodologia está ancorada em dois pilares teórico-metodológicos principais, que orientarão todas as etapas do projeto:

1. Pesquisa de Desenvolvimento (Design Based Research - DBR): Utilizada para criar, implementar, testar e refinar a intervenção educacional de forma iterativa, garantiremos que a tecnologia social desenvolvida seja aplicável, relevante para o contexto local e replicável em escala nacional.
2. Círculos de Cultura Digital, baseados em Paulo Freire: Será a base da prática educativa, promovendo um ambiente dialógico, horizontal e problematizador. A construção coletiva do conhecimento, posicionando-os como sujeitos ativos de sua própria inclusão digital.

Por sua vez, a teoria de método de pesquisa, adotaremos a Pesquisa de Desenvolvimento (Design Based Research - DBR) aplicada à educação, pois ela surge com o intuito de transformar a sala de aula, gestão educacional e outras atividades inerentes à educação. De uma pesquisa orientada por este método, espera-se a entrega de um produto pedagógico a ser implementado em uma disciplina ou conteúdo curricular específico; ou, como em nosso caso, um modelo replicável para a inclusão de pessoas idosas.

A DBR surge como resposta ao fosso que separava as teorias pedagógicas e psicológicas da práxis educacional, diante de um cenário em que a psicologia educacional não conseguia responder ao desejo de conhecimento utilizável localmente, de um lado, e o conhecimento cientificamente sólido e generalizável, de outro” (Sandoval e Bell, 2004).

De acordo com Barab e Squire (2004, p. 02, tradução nossa) o DBR

“não é tanto uma abordagem, mas uma série de abordagens de investigação aplicadas ao desenvolvimento de novas teorias, artefatos e práticas pedagógicas: aprendizagem.

Conforme Nobre et al. (2017), o conceito de DBR consiste em

uma abordagem metodológica que integra métodos qualitativos e quantitativos, com enfoque intervencionista, realizada em colaboração entre pesquisadores e educadores, implementação, análise e redesign, tendo por objetivos proporcionar soluções para os problemas/desafios da educação, criar artefatos e práticas pedagógicas, gerar conhecimento.

Como podemos observar, a cultura participativa e colaborativa é uma das características mais importantes ao se trabalhar com DBR, tendo em vista que se busca, no contexto, sendo necessário a participação dos atores envolvidos nos processos que dão sentido ao problema. Busca-se desenvolver soluções que “possam ser realistas, diversificadas e propriedades específicas, mas também aquilo que puder ser generalizado” (Matta, Silva e Boaventura, 2014, p. 24).

Em síntese, a DBR consiste em uma série de procedimentos, retroalimentados, cíclicos e recorrentes, envolvendo diversos atores situados no contexto em que se desenvolve de maneira colaborativa. Tal solução, por sua vez, pressupõe uma resolução local do problema, que se substancializa de maneira a poder ser generalizada. Podemos apresentar as características básicas da DBR: teoricamente orientada; intervencionista; colaborativa; fundamentalmente responsiva; com ciclos iterativos de intervenção e prezar pela aplicabilidade dos resultados (Matta, Silva e Boaventura, 2014; Nobre et al., 2017; Wang e Hannafin, 2005).

Desse modo, consolidando o método de pesquisa colaborativa de desenvolvimento, podemos avançar com a exposição do processo de intervenção junto ao público.

As ações de orientação educacional de combate à violência patrimonial e à promoção ao envelhecimento ativo estarão assentadas no método educativo Círculo de Cultura Digital, que a pessoa idosa, a partir de um ato criativo, irá se tornar sujeito de seu próprio desenvolvimento de forma livre e autônoma (Freire, 2005). O sujeito participante das práticas na orientação/troca principalmente no uso dos aplicativos governamentais, combate à desinformação para o enfrentamento a violência patrimonial e ao

com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno “círculo de cultura”. Encontram-se e reencontram-se todos no mesmo mundo comum e, da consciência promove os participantes do círculo. Assim, juntos, re-criam criticamente o seu mundo: o que antes os absorvia, agora podem ver ao revés. No círculo de cultura, a há um coordenador, que tem por função dar as informações solicitadas pelos respectivos participantes e propiciar condições favoráveis à dinâmica do grupo, reduzindo a execução do projeto seguirá a seguinte estrutura, descrita as próximas seções, alinhada às metas propostas.

Meta 1: Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto.

Para garantir a governança do projeto, a UFPE contratará a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento (FADE) para gerir os recursos descentralizados. O Reitor da professores(as)/pesquisadores(as) por convite, baseada em experiência comprovada na área. Será publicado edital para seleção de 20 estudantes extensionistas, que a equipe da UPE, com expertise acumulada desde 2022, facilitará um curso de formação para professores(as), pesquisadores(as) e estudantes extensionistas da UFPE Cultura Digital, além de técnicas de letramento digital para o público idoso. Nesta fase, será desenvolvido e validado o material didático e os instrumentos de território e seja culturalmente situada.

Nesta metodologia do Círculo de Cultura Digital, o estudante extensionista desempenha a função de um Coordenador de Debates, sendo responsável por prospectar relacionados ao letramento digital ao longo do curso. Desse modo, partindo dos conhecimentos e experiências prévias dos(as) participantes, será desenvolvido os anseios e demandas, e inserindo-os de forma crítica na cultura digital. Assim, seguem algumas orientações para o primeiro encontro:

Preparação

- Efetuar uma pesquisa prévia com os participantes para identificar os temas que desejam discutir no curso;
- A pesquisa pode incluir perguntas sobre comunicação com amigos e parentes, aposentadoria, pagamento de contas, marcação de consultas, notícias, participação;
- A partir dessas temáticas levantadas, coordenar um debate, relacionando-as à cultura e ao letramento digitais;
- Criar um espaço acolhedor e propenso às manifestações dos participantes, incentivando o diálogo sobre suas demandas em relação às tecnologias digitais.

Encaminhamentos

- Utilizar as temáticas emergentes do primeiro encontro como base para o planejamento das dinâmicas e atividades dos encontros seguintes.
- Integrar esses conteúdos às atividades práticas das próximas unidades de aprendizagem, garantindo contextualização e relevância.

Delimitação de atividades por função Ao(à) Coordenador(a) de Equipe de Letramento e Transformação Digital compete:

- Organizar e promover os eventos previstos no plano de trabalho do projeto de intervenção;
- Coordenar e supervisionar as atividades dos(as) Professores(as)/Pesquisadores(as) junto aos estudantes/extensionistas do projeto;
- Articular localidades para oferta das aulas do projeto e manter a interlocução com a fundação de apoio para garantir a remuneração das bolsas;
- Atuar junto aos parceiros estaduais e municipais para garantir as matrículas do público-alvo e a divulgação do projeto nas comunidades.
- Zelar pelo bom funcionamento das atividades propostas no projeto;
- Supervisionar a organização do espaço físico usado para oferta do curso;
- Realizar a prestação de contas das atividades desenvolvidas;
- Elaborar e enviar relatório final.

Aos(as) Professores(as)/Pesquisadores(as) das Equipes de Letramento Digital cabe:

- Coordenar e supervisionar as atividades dos estudantes junto ao público-alvo;
- Articular localidades para oferta das aulas do projeto;
- Desenvolver, junto aos estudantes, o material didático adaptado às especificidades de cada comunidade;
- Elaborar o relatório final de atuação da sua equipe extensionista, com imagens comprobatórias da ação;
- Preservar e zelar pelos equipamentos adquiridos com os recursos do projeto;
- Supervisionar a organização do espaço físico para as aulas;
- Acompanhar o processo de inscrições do público-alvo na localidade de atuação;
- Colaborar na pesquisa de desenvolvimento da tecnologia social de inclusão digital;
- Aplicar instrumentos avaliativos para verificar a efetividade do projeto.

Ao(à) Estudante Extensionista cabe:

- Atuar diretamente na oferta dos cursos de letramento digital, sob orientação do(a) Coordenador(a) de Equipe e do(a) Estudante Monitor(a);
- Registrar, por meio audiovisual e fotográfico, os momentos dos cursos para compor relatórios;
- Colaborar com o(a) Coordenador(a) de Equipe de Letramento Digital na elaboração dos relatórios;
- Contribuir para o desenvolvimento do material didático personalizado ao público e contexto do curso;
- Participar da formação inicial oferecida pelo projeto;
- Organizar e monitorar os espaços físicos e digitais destinados às atividades;

A participação de estudantes extensionistas, além de favorecer a aprendizagem participativa, promove a intergeracionalidade entre todos os envolvidos no projeto os(as) monitores(as), acompanhar o andamento das atividades e contribuir para a coleta e análise dos dados para subsidiar o relatório final do Projeto Viva Mais Cid

Ao final da Meta 1, será elaborado um Relatório Parcial, no qual serão sistematizadas todas as informações e produtos gerados nas etapas. Este documento conterá

- Registro detalhado das etapas executadas
- Análise das principais dificuldades enfrentadas e soluções encontradas.
- Recomendações preliminares para aprimoramento das etapas seguintes do projeto. O relatório será entregue à SNDPI/MDHC e servirá como instrumento de

Meta 2: Articulação interinstitucional com as IES e demais atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (Prefeitura municipal, Governo do Estado).

Esta fase crucial envolve a formalização da rede de parcerias. Será realizada uma reunião de alinhamento entre as Pró-Reitorias de Extensão da UFPE e UPE. Experiências prévias bem-sucedidas da UPE em inclusão digital serão socializadas. Para garantir capilaridade e apoio, será formalizado um Termo de Cooperação, divulgação das atividades, mobilização do público-alvo e cessão de infraestrutura física acessível.

Ao final da Meta 2, será elaborado um Relatório Parcial, no qual serão sistematizadas todas as informações e produtos gerados nas etapas. Este documento conterá

- Registro detalhado das etapas executadas (planejamento pedagógico, metodológico e encontros formativos).
- Resultados alcançados em cada ação.
- Análise das principais dificuldades enfrentadas e soluções encontradas.
- Recomendações preliminares para aprimoramento das etapas seguintes do projeto.
- Esse relatório será entregue à SNDPI/MDHC e servirá como instrumento de monitoramento e transparência.

Meta 3: Formação em educação digital e midiática, com foco no enfrentamento ao discurso de ódio e à violência patrimonial e financeira para, no mínimo, 300 (trêscentos) pessoas.

A ação principal consistirá na oferta do curso Viva Mais Cidadania Digital, com carga horária de 40h, com abertura de 12 turmas, em 3 meses, com 25 vagas desinformação (fake news) e prevenção à violência financeira e patrimonial online. A intervenção será realizada em espaços físicos acessíveis parceiros, com turmas atuando como facilitadores, utilizando metodologias ativas para promover a intergeracionalidade e a construção coletiva do conhecimento, sempre partindo das

Meta 4: Avaliação de resultados e prestação de contas.

O processo avaliativo será contínuo e misto. Instrumentos de coleta de dados (entrevistas, questionários) serão aplicados antes e depois da intervenção para medir serão sistematizados e analisados, gerando insumos para o aprimoramento da política pública. Ao final, um Relatório Final consolidará a prestação de contas, após a intervenção, tornando-o passível de replicação em outros contextos.

Por fim, a estratégia metodológica priorizará a intergeracionalidade e a valorização dos saberes da comunidade, posicionando os estudantes extensionistas como parceiros na construção da iniciativa. A articulação com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) e com a Secretaria de Sustentabilidade da iniciativa.

Após a execução dos cursos, teremos a elaboração e entrega dos certificados.

Ao fim da intervenção, será construído um relatório final de prestação de contas financeiras e operacionais, com análise dos resultados da intervenção.

5. JUSTIFICATIVA E MOTIVAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DO TED:

Ao longo das últimas décadas, a base da pirâmide etária brasileira foi se estreitando em decorrência da queda na fecundidade e na taxa de nascimentos. Esse movimento tem gerado uma população idosa. Entre 2010 e 2022, o número de pessoas idosas cresceu 57,4%. Em 1980, apenas 4,0% da população brasileira encontrava-se na faixa de 65 anos ou mais. Os dados demográficos de 2022 revelam que 11 em cada 100 piauienses têm 65 anos ou mais de idade (IBGE, 2022). Diante desse cenário, é imprescindível que governos e instituições adotem medidas para garantir a qualidade de vida desse segmento populacional.

O contato da população com as Tecnologias Digitais, principalmente a partir dos anos 2000, quando os dispositivos portáteis se tornaram mais acessíveis, impulsionou uma transformação em nossas vivências, tanto no espaço físico quanto no ciberespaço, modificando a maneira como desenvolvemos nossos afetos, comunicamos, consumimos e pagamos. Empresas, lojas e bancos operam exclusivamente em servidores de cloud computing, acessíveis apenas através de dispositivos móveis. A migração das carteiras físicas para os celulares, assim como o agendamento de serviços públicos - SUS e INSS -, assegurados constitucionalmente aos cidadãos.

No entanto, esse processo contemporâneo, tão importante às demandas profissionais, cidadãs e pessoais, ainda exclui amplos segmentos da sociedade. A falta de acesso a dispositivos e conexões de internet, que, muitas vezes, representam um custo financeiro elevado. De acordo com dados do Centro Regional de Estudos do Nordeste declarou nunca ter acessado a internet em suas vidas e 19,8% das residências nordestinas não possuíam acesso à internet. Esses índices tornam evidente a exclusão digital.

As desigualdades digitais se acentuam nos territórios urbanos marcados pela escassez de políticas públicas e de oportunidades, configurando verdadeiros "desertos digitais". A exclusão digital não apenas limita o acesso a serviços essenciais, mas também reduz o potencial de desenvolvimento social e econômico, carecem de iniciativas e programas de impacto tecnológico e socioambiental.

No que se refere ao governo digital, dados do próprio Cetic.br evidenciam que a não utilização está diretamente associada tanto à dificuldade de uso quanto à falta de conhecimento sobre os serviços digitais. Isso ocorre porque a população, mas é mais expressivo nas classes C e D, onde os índices de exclusão digital ultrapassam 50%.

Uma maneira de contribuir para a inclusão da população idosa é investir em sua formação em letramento digital. Essa competência tornou-se de extrema necessidade para o fortalecimento da autonomia individual e para o pleno exercício da cidadania. O desenvolvimento econômico e social do Brasil está intrinsecamente ligado à inclusão digital e à comunicação da população (Flauzino et al, 2020). Ao longo do tempo, observa-se um crescimento no uso da internet por pessoas idosas (Hunsaker; Hargittai, 2019). No entanto, enfrenta barreiras significativas de acesso e de uso das tecnologias digitais, perpetuando uma lacuna digital que precisa ser superada (Gil, 2019).

O envelhecimento, para os que não tiveram acesso à educação formal e aos espaços escolares, pode representar a exclusão digital e o isolamento social. A revolução digital e os meios de comunicação, deixando grande parte da população idosa à margem da inovação (Do Carmo, 2017). Entre esse público, é comum enfrentar a vulnerabilidade digital. Essa lacuna aumenta a exposição a golpes virtuais, à circulação de desinformação e às dificuldades no uso de recursos tecnológicos no cotidiano. Por isso, investir em ações para promover a autonomia, segurança e inclusão, permitindo que usufruam plenamente das oportunidades que as tecnologias podem oferecer.

Nesse sentido, o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania publicou a Portaria nº 627, de 2 de outubro de 2023, que institui o Programa Viva Mais Cidadania para pessoas idosas em situação de vulnerabilidade ou de discriminação, especialmente aqueles pertencentes a grupos sociais caracterizados por diversidades históricas, sociais e étnico-raciais. A perspectiva de equidade, interseccionalidade e intersetorialidade, prevendo, no seu Art. 2, Inciso II, a promoção e formação política de pessoas idosas em direitos humanos.

Portanto, a parceria entre a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a Universidade de Pernambuco (UPE) para o desenvolvimento do Projeto Viva Mais Cidadania é uma iniciativa estratégica. Ambas as instituições compartilham o compromisso de promover a educação e o desenvolvimento de habilidades digitais, considerando as especificidades da população brasileira. As ações voltadas à população idosa, com ênfase no letramento digital, na educação midiática, no combate ao discurso de ódio e à desinformação, bem como na prevenção de golpes, são fundamentais para garantir a inclusão digital e a promoção da cidadania ativa entre pessoas idosas.

A UFPE encontra-se plenamente alinhada aos objetivos do Projeto Viva mais Cidadania Digital, visto que possui reconhecida experiência em ações de extensão comunitária e de promoção da qualidade de vida da população idosa. Podemos oferecer acesso às tecnologias específicas e experiência em educação digital e uma rede consolidada de alunos e professores. Conforme apontam Souza e Sales (2016), compreender os contextos sociais e históricos distintos é essencial para analisar a relação da população idosa com as tecnologias da informação e comunicação.

A colaboração entre as duas instituições, UFPE e UPE, criará um espaço privilegiado de troca de experiências, aprendizado mútuo e desenvolvimento profissional. A parceria também promoverá a inclusão digital e a promoção da cidadania ativa entre pessoas idosas.

Por meio desta parceria, será possível criar um ambiente de aprendizado dinâmico e inovador, capaz de preparar pessoas idosas em situação de vulnerabilidade diferentes formas de violência. Em suma, a parceria entre a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa e a UFPE representa uma estratégia eficaz para potenc ódio, desinformação e prevenção contra a violência patrimonial e financeira, em ambientes digitais. Além disso, promove-se a intergeracionalidade nos espaços de Como destacam Souza e Sales (2016), as pessoas idosas estão vivenciando, pela primeira vez, a era da tecnologia digital, diferentemente das crianças e adolescente

PERÍODO DE EXECUÇÃO

O projeto terá duração de 12 (doze) meses a contar a data de assinatura.

RESULTADOS ESPERADOS

Metas	Indicador	F
Meta 1: Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto	Contratação da Fundação de Apoio; Seleção e contratação equipe técnica do projeto; planejamento pedagógico e metodológico; Quantidade de encontros formativos realizados;	Estruturação da i projeto; materiais pedagó equipe técnica q
Meta 2: Articulação interinstitucional com as IES e demais atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (Prefeitura municipal, Governo do Estado).	Formalização do Termo de Cooperação Técnica com gestões municipal e estadual; Número de relatórios produzidos.	Termo de Coopei e estadual public Relatórios entreg
Meta 3: Formação em educação digital e midiática, com foco no enfrentamento ao discurso de ódio e à violência patrimonial e financeira para, no mínimo, 300 (trezentas) pessoas idosas LGBTQIA+ e PCD, na perspectiva da educação popular	Divulgação das oficinas; Número de participantes inscritos; Número de oficinas realizadas Número de relatórios de produzidos.	Certificação de 3 LGBTQIA+ e PCD Cidadania Digital Relatórios entreg
Meta 4: Avaliação de resultados e prestação de contas	Número de relatórios de produzidos.	Relatórios entreg

6. SUBDESCENTRALIZAÇÃO

A Unidade Descentralizadora autoriza a subdescentralização para outro órgão ou entidade da administração pública federal?

- ☒ Sim
- ☐ Não

7. FORMAS POSSÍVEIS DE EXECUÇÃO DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS:

A forma de execução dos créditos orçamentários descentralizados poderá ser:

- ☒ Direta, por meio da utilização capacidade organizacional da Unidade Descentralizada.
- ☐ Contratação de particulares, observadas as normas para contratos da administração pública.
- ☒ Descentralizada, por meio da celebração de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com entes federativos, entidades privadas sem 8.958, de 20 de dezembro de 1994.

8. CUSTOS INDIRETOS (ART. 8, §2º)

A Unidade Descentralizadora autoriza a realização de despesas com custos operacionais necessários à consecução do objeto do TED?

- ☒ Sim
- ☐ Não

O pagamento será destinado aos seguintes custos indiretos:

1. Despesas administrativas e operacionais da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento - FADE, representando 7 % do valor global do projeto, totalizando R\$ 6.363,6
2. Ressarcimento para UFPE, no valor de 3% do montante, totalizando R\$ 2.727,28

9. CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

METAS	DESCRIÇÃO	Unid. de Medida	Quant	Val. Unitário	Val. Total
-------	-----------	-----------------	-------	---------------	------------

Meta 1: Composição e Qualificação da equipe executora do Projeto	Etapa 1: Contratação da Fundação de Apoio.				
	Serviço	UNID	1	R\$ 9.090,91	R\$ 9.090,91
	Etapa 2: Publicação de portaria pela reitoria para designar o coordenador responsável p				
	Bolsa (Professor Pesquisador /Extensionista) Coordenador	Unid	5	R\$ 2.600,00	R\$ 13.000,00
	Etapa 3: Publicação de Edital de seleção para 20 alunos/extensionistas.				
				Não se aplica	
	Etapa 4: Encontros formativos, realizados pela Universidade de Pernambuco – UPE, co nas formações, bem como realização do planejamento pedagógico e metodológico da f				
				Não se aplica	
	Etapa 5: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.				
				Não se aplica	
Valor total da Meta:					
Meta 2: Articulação interinstitucional com as IES e demais atores e atrizes sociais envolvidas(os) no processo (Prefeitura municipal, Governo do Estado).	Etapa 1: Planejamento pedagógico e metodológico da formação, em parceria com Pernambuco – UPE.				
	Bolsa (Professor Pesquisador /Extensionista)	Unid	5	R\$ 2.600,00	R\$ 13.000,00
	Etapa 2: Formalizar Termo de Cooperação Técnica com gestões municipal e estadual.				
				Não se aplica	
	Etapa 3: Encontros formativos, realizados pela Universidade Estadual de Pernambuco que atuará na extensão.				
				Não se aplica	
	Etapa 4: Encontros formativos, realizados pela Universidade de Pernambuco – UPE, co nas formações, bem como realização do planejamento pedagógico e metodológico da f				
				Não se aplica	
Valor total da Meta:					
Meta 3: Formação em educação digital e midiática, com foco no enfrentamento ao discurso de ódio e à violência patrimonial e financeira para, no mínimo, 300 (trezentas) pessoas idosas LGBTQIA+ e PCD, na perspectiva da educação popular.	Etapa 1: Divulgação da formação no território.				
				Não se aplica	
	Etapa 2: Realização das inscrições.				
				Não se aplica	
	Etapa 3: Realização de 12 oficinas, tcom 25 vagas, totalizando 40h cada, em educação				
	BOLSA (Estudantes Extensionistas)	UND	80	R\$ 800,00	R\$ 64.000,00
	Etapa 4: Elaboração de relatório das ações desenvolvidas.				
				Não se aplica	
	Etapa 5: Elaboração dos Certificados				
		Und	1	R\$ 909,09	R\$ 909,09
Valor total da Meta:					
Meta 4: Avaliação de resultados e prestação de contas	Etapa 1: Avaliação das ações realizadas com participação dos beneficiários;				
				Não se aplica	
	Etapa 2: Elaboração de relatório final de prestação de contas do projeto.				
				Não se aplica	
	Valor total da Meta:				
VALOR TOTAL DO PROJETO					

10. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

MÊS/ANO	VALOR
OUTUBRO/ 2025	R\$ 100.000,00

Os recursos descentralizados, que não forem utilizados até 31 de dezembro de cada exercício, serão restituídos à Secretaria Secretaria Nacional dos Direitos da Pe estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, para o encerramento do correspondente exercício financeiro.

11. PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO E CONSOLIDADO

CÓDIGO DA NATUREZA DA DESPESA	CUSTO INDIRETO
339039 - Outros Serviços de terceiros - Pessoa Jurídica	Não
339039 - Outros Serviços de terceiros- Pessoa Jurídica Contratação de Fundação de Apoio (7%)	Sim
339039 - Outros Serviços de terceiros- Pessoa Jurídica - Universidade Federal de Pernambuco – Campus Recife) (3%)	Sim

TOTAL

12. CONSIDERAÇÕES

A Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa e a Fundação Universidade Federal do Amapá comprometem-se a adotar as medidas necessárias para o cumprimento prazo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura, responsável pelo acompanhamento da execução das atividades descritas. (Art. 17 Decreto 10.426/2020)

13. DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, para os efeitos e sob as penas do Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no Código Penal.

14. PROPOSIÇÃO

Pernambuco, na data da assinatura

Alfredo Macedo Gomes

Reitor da Universidade Federal do Pará - UFPE

15. APROVAÇÃO

Brasília, na data da assinatura.

ALEXANDRE DA SILVA

Secretário Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa

Em 07 de outubro de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **Alfredo Macedo Gomes, Usuário Externo**, em 22/10/2025, às 10:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Alexandre da Silva, Secretário(a) Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa**, em 23/10/2025, às 19:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mdh.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **5176167** e o código CRC **D4E6EF0E**.

Referência: Processo nº 00135.229617/2025-46

SEI nº 5176167

Criado por [rosangela.santos](#), versão 7 por [rosangela.santos](#) em 08/10/2025 09:59:51.